Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos organizou debate:

Noites na Ordem: Utilização da Canábis para Fins Terapêuticos

A Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos (SRN-OF) organizou, no dia 22 de fevereiro, mais uma sessão enquadrada no programa Noites na Ordem, desta feita subordinada à utilização de canábis para fins terapêuticos. O tema encontra-se na ordem do dia em Portugal, motivando o interesse da comunidade em geral e a participação dos profissionais e formandos farmacêuticos foi bem ilustrativa: Mais de 200 pessoas preencheram o auditório da SRN-OF, no Porto, interagindo numa sessão moderada por Franklim Marques, Presidente da SRN-OF da Ordem dos Farmacêuticos e que contou com dois conceituados especialistas na área da toxicologia para debater o uso medicinal da canábis: o farmacêutico Félix Carvalho, professor catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, e o médico Laranja Pontes, presidente do IPO do Porto.
Dependências entrevistou Franklim Marques e Laranja Pontes, deixando-lhe ainda um resumo e conclusões da comunicação realizada por Félix Carvalho, que refletem o Parecer do Grupo de Trabalho da Ordem dos Farmacêuticos sobre a Utilização de Canábis com Fins Terapêuticos.

Laranja Pontes, Franklim Marques e Félix Carvalho

Franklim Marques, Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos

Foi difícil ser árbitro nesta sessão, em que assistimos a posições pró e contra o uso da canábis para fins terapêuticos?

Franklim Marques (FM) – Não. Não foi nada difícil… Já sabíamos perfeitamente com o que contávamos, já conhecíamos a posição individual, quer da parte científica do Professor Félix Carvalho, que do Dr. Laranja Pontes e diria que ambos têm razão…

Assistimos também a uma participação muito ativa por parte desta comunidade… Em que medida é a mesma reveladora de preocupação por parte destes profissionais face a um debate que tem marcado a agenda nacional?

FM – Tem sobretudo a ver com a necessidade de tomar decisões bem alicerçadas em valores, sobretudo o científico e o humano. E creio que, hoje, conseguimos alcançar aqui esse equilíbrio. Assistimos a uma tomada de decisão com base científica, num contexto, e a outra, baseada num contexto real, de doença. Cabe à Ordem dos Farmacêuticos, face a temas como este, estimular o debate, mostrar o que se passa, eventualmente tomar uma posição

e, a partir daí, cada um tomará a sua posição legítima e legal.

O farmacêutico ainda é o provedor do doente?

FM – Espero que seja… O doente tem muito a ganhar connosco, assim como nós temos muito a ganhar enquanto nos deixarem olhar por ele. Espero que esse valor persista durante muito tempo.

Laranja Pontes, Presidente do CA do IPO Porto

Em que medida advirá esta dificuldade de percepção entre os prós e os contras da confusão criada entre o consumo medicinal e o consumo recreativo?

Laranja Pontes (LP) – Sim, parece-me evidente… Desde logo, é uma pena que a canábis seja uma mal amada, que poderia ser hoje uma fonte de vários sucessos na indústria farmacêutica e não foi por ter sido atirada para a zona das drogas. E, no caso particular dos EUA, que lideravam a investigação científica, isso revelou-se fatídico. Agora, creio que é muito difícil conseguir nesta altura da nossa vida social defender a introdução de um produto natural como este, que tem muitos componentes desconhecidos. Mas estou convicto que isso vai acontecer… A revolução digital também vai chegar a estas coisas…

Mas quando se defende a plantação em casa…

LP – …Não, não! Acho que essa ideia deve ser combatida. Desde logo, a maior parte das pessoas não tem condições para fazê-lo. Se tivesse poder, preferia legislar e regular e colocar à venda nas farmácias um produto feito por um laboratório militar com uma carga de impostos suficientemente grande para combater o tráfico, para ajudar os que se transformam em doentes e para pagar a compra desse produto, que é possível adquirir no mercado. Tenho pena que não esteja perfeitamente legal e acessível o uso medicamentoso de canábis porque, com um custo absolutamente irrisório, conseguiria obter um bom resultado para todos os doentes. E isso é procurar valor: a partir de algo com baixo custo, obter muito efeito. Creio que a canábis iria ser muito interessante para muitos doentes, sob várias formas. Os sintomas associados à doença oncológica não são coisas agudas. São coisas que se arrastam durante semanas ou meses, o que significa que, assim como se faz o controlo com outros medicamentos que também têm efeitos secundários, que são perfeitamente doseados mas igualmente aleatórios porque temos diferenças individuais e de tolerância, essa alternativa também deveria existir para os doentes.

Félix Carvalho, professor catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto

Parecer do Grupo de Trabalho da Ordem dos Farmacêuticos sobre a Utilização de Canábis com Fins Terapêuticos

Félix Carvalho (FC) – Já existem medicamentos aprovados na Europa, cujas substâncias ativas são canabinóides, para as indicações terapêuticas para as quais tenha sido demonstrada uma relação benefício-risco positiva;

Em Portugal, existe o Sativex®, extrato padronizado de THC e CBD, indicado na melhoria dos sintomas relacionados com a rigidez muscular (espasticidade) na esclerose múltipla, refratários a outros medicamentos de primeira linha. Nas situações consideradas clinicamente adequadas, este medicamento poderá ser utilizado em regime "off-label", sempre que haja evidência que suporte esta indicação.

Relativamente ao uso de medicamentos não comercializados em Portugal, existem mecanismos legais que permitem o acesso destes em território nacional, nomeadamente através de Autorização de Utilização Especial (AUE).

A Cannabis sativa L. possui mais de 500 compostos químicos com efeitos biológicos não totalmente conhecidos.

O consumo de canabinóides está associado a um conjunto alargado de efeitos tóxicos, entre os quais a carcinogenicidade, dos componentes fumados da canábis, a indução de psicose e esquizofrenia e os efeitos aditivos, bem como vários efeitos adversos, alguns deles de extrema gravidade, nomeadamente alucinações, pensamentos suicidas, descoordenação motora e desregulação da função endócrina.

Já existem medicamentos, cujas substâncias ativas são canabinóides, autorizados no mercado para as indicações terapêuticas com evidência clínica que suporta uma relação benefício-risco positiva, em termos de eficácia e segurança.

Não existe evidência científica robusta relativamente à relação benefício-risco da utilização da planta Cannabis sativa L. para fins medicinais. Por outro lado, existem evidências robustas que demonstram a existência de problemas de segurança e potencial toxicológico.

Face à existência de medicamentos com canabinóides que colmatam as necessidades terapêuticas atuais, o grupo de trabalho expressa a sua preocupação relativamente à utilização da planta Cannabis sativa L. para fins medicinais, uma vez que não existe evidência científica que comprove a eficácia e segurança do seu uso, no modelo em que se pretende vir a legislar, nem apresenta mais-valia comparativamente aos medicamentos já aprovados.